



RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS

ANO 2016



Relatório de Atividades 2016

1 – Recursos Humanos

- ✓ Aumento salarial e atribuição de prémios de desempenho

2 – Espaço Exterior

- ✓ Trabalhos artísticos de graffiti, integrados nos temas do projecto educativo (“ANIMARTI” e “Pensar o MAR com Arte”)
- ✓ Continuação do projecto “Horta Pedagógica”

3 – Transportes

- ✓ Alienação do autocarro da Instituição
- ✓ Aquisição de novo autocarro

4 – Diversos

- ✓ Continuação da participação no Projecto Eco-Escolas
- ✓ Participação no curso do Carnaval de Torres Vedras
- ✓ Participação no evento Oeste Infantil
- ✓ Realização da tradicional Sardinhada
- ✓ Realização da habitual Festa de Natal
- ✓ Celebração do Dia da Criança
- ✓ Renovação de utensílios de refeitório e sala polivalente
- ✓ Renegociação com alguns fornecedores
- ✓ Intervenções pontuais de pintura no interior da Creche
- ✓ Reparações pontuais no pavimento exterior
- ✓ Outras reparações e manutenções

5 – Reuniões de seguimento

- ✓ Análise de revisões de mensalidade
- ✓ Análise de reclamações
- ✓ Reuniões com Pais
- ✓ Reuniões com Fornecedores



PROJECTO EDUCATIVO

Este relatório reporta ao ano 2016 dando continuidade ao projeto educativo

O Presente relatório é um documento que visa respeitar o Projeto Educativo da instituição: “ANIMARTI”

Podemos dizer que este Projeto Educativo é a matriz de suporte que irá ser concretizada pelo projeto curricular de estabelecimento e pelo Plano de Atividades

O Plano de Atividades é por excelência o documento operacional da ação educativa, traduz o que se pretende fazer, contendo objetivos, calendarização de atividades e ações

Nos dois primeiros trimestres foram realizadas algumas atividades envolvendo as várias salas/grupos da instituição:

- Comemoração do dia de Reis (canções alusivas ao tema);
- Criação e apresentação das mascotes Ani e Marti;
- Atelier de Culinária no CATL;
- Inauguração da Galeria (Exposição da Escultura de Abóboras).

Em **Setembro** o Projeto foi reestruturado passando a abordar o sub-tema **“Pensar o MAR com Arte”** tendo como objetivo proporcionar novas experiências aos agentes educativos de uma forma lúdica

Destacam-se as seguintes atividades:

- Apresentação do Plano Anual de Atividades;
- Receção/adaptação das crianças às novas salas;
- Início das atividades extra curriculares (Ginástica, Música e EPA);
- Reuniões de Pais (Apresentação de Projetos Pedagógicos);
- Feira Saloia;
- Exposição de trabalhos.

Fazem ainda parte do Plano de Atividades a dinamização de dias como:

- | | |
|------------------|--------------------------|
| ➤ Dia de Reis | ➤ Dia mundial da Criança |
| ➤ Carnaval | ➤ Sardinhada |
| ➤ Dia do Pai | ➤ Pão-por-Deus |
| ➤ Dia da Mãe | ➤ São Martinho |
| ➤ Oeste Infantil | |



ANÁLISE ÀS CONTAS

ANO 2016



CRECHE DO POVO - JARDIM DE INFANCIA

BALANÇO MODELO REDUZIDO

Dezembro 2016

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	1.1	780 735,37	823 225,94
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	2.1	178 141,30	170 936,49
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		958 876,67	994 162,43
Ativo corrente			
Inventários	3.1	514,43	775,36
Clientes	3.2	10 618,90	5 987,05
Adiantamentos a fornecedores	3.5	5 000,00	
Estado e outros Entes Públicos		2 605,40	1 745,30
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	3.6	52 042,80	25 119,38
Diferimentos		2 459,73	3 472,75
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	3.3 e 3.4	289 671,12	289 123,44
Subtotal		362 912,38	326 223,28
Total do Ativo		1 321 789,05	1 320 385,71

Torres Vedras, 10 de Março de 2017



CRECHE DO POVO - JARDIM DE INFANCIA

BALANÇO MODELO REDUZIDO

Dezembro 2016

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		7 090,66	7 090,66
Excedentes técnicos			
Reservas		7 481,97	7 481,97
Resultados transitados		1 003 756,90	975 846,23
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	4.1	91 188,47	107 016,22
Resultado Líquido do período		13 577,01	27 910,67
Total do fundo do capital		1 123 095,01	1 125 345,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	5.1	57 352,71	48 587,54
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		57 352,71	48 587,54
Passivo corrente			
Fornecedores	6.1	7 252,77	15 407,97
Adiantamentos de clientes	6.2	1 919,75	3 575,90
Estado e outros Entes Públicos	6.3	19 861,26	19 642,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar	6.4	112 307,55	107 826,02
Outros passivos financeiros			
Subtotal		141 341,33	146 452,42
Total do passivo		198 694,04	195 039,96
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 321 789,05	1 320 385,71

Torres Vedras, 10 de Março de 2017



Análise ao Balanço

Activo

1 – Activos fixos tangíveis

1.1 – Aquisições em 2016 inexpressivas

Face ao fim de vida de diversos activos fixos, bem como à alienação do Autocarro antigo, o valor das depreciações decresce 12% face a 2015

2 - Investimentos Financeiros

2.1 - Incremento de 7.204,81€ em investimentos financeiros, devido aos juros do Fundo Vida no valor de 6.710,89€ e ao reforço de 493,92€ no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e no Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT)

3 - Outros Activos

3.1 - Valor de inventários: 514,43€

3.2 - Saldo de clientes substancialmente superior ao do ano anterior (10.618,90€)

3.3 - Caixa e depósitos bancários com variação contabilística positiva de 547,68€, com as devidas reconciliações bancárias, pois a variação de tesouraria efectiva é de 8.550,42€, face aos saldos iniciais reais

3.4 - Constituição de Depósito a Prazo no montante de 95.000,00€. Este depósito é garantia do financiamento a obter em 2017, pelo mesmo montante

3.5 - Adiantamento, no montante de 5.000,00€, ao fornecedor do novo autocarro

3.6 - Acréscimo de rendimento, relativo ao PEDEPE, já aprovado, no montante de 39.846,36€



Fundos Patrimoniais

4 – Outras variações nos fundos patrimoniais

4.1 - Variação negativa (-2.250,74€) motivada pelo menor Resultado Líquido face ao período anterior (-14.333,66€) e pela amortização do subsídio PIDACC para a obra inicial da creche (-15.827,75€)

Passivo

5 – Passivo não corrente

5.1 - Incremento do saldo Provisões relativas ao Fundo Vida em 8.765,17€

6 – Passivo corrente

6.1 - Dívidas a fornecedores no valor de 7.252,77€, com um decréscimo de 53% face ao ano anterior

6.2 - Adiantamentos de clientes no valor de 1.919,75€, relativos a cheques ticket

6.3 - Valores a entregar ao estado em linha com o exercício anterior (retenções de IRS e encargos com segurança social relativos a vencimentos)

6.4 - Outra contas a pagar com um saldo superior em 4.481,53, face ao ano anterior, motivado pelas remunerações a liquidar em 2017, relativas a férias e subsídio de férias que já sofrem a influência do aumento salarial de 2016

Quanto ao balanço, pouco mais de monta haverá a assinalar



CRECHE DO POVO - JARDIM DE INFANCIA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS MODELO REDUZIDO

Dezembro 2016

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	7.1	494 007,79	509 162,75
Subsídios à exploração.....	7.2	563 647,46	545 801,65
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	7.3	(74 833,68)	(75 135,17)
Fornecimentos e serviços externos.....	7.4	(158 026,65)	(158 414,90)
Gastos com o pessoal.....	7.5	(831 945,41)	(809 455,94)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....		(8 765,17)	(7 969,59)
Outras imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....	7.7	65 638,85	66 051,57
Outros gastos e perdas.....		(1 755,27)	(3 124,45)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		47 967,92	66 915,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	7.6	(41 311,97)	(46 969,94)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 655,95	19 945,98
Juros e rendimentos similares obtidos.....		7 074,56	8 025,20
Juros e gastos similares suportados.....		(153,50)	(60,51)
Resultado antes de impostos		13 577,01	27 910,67
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		13 577,01	27 910,67

Torres Vedras, 10 de Março de 2017



Análise à Demonstração de Resultados

7 – Rendimentos e Gastos

7.1 - Prestação de Serviços reflectindo a actual conjuntura socioeconómica, com um decréscimo significativo face ao ano anterior (15.154,96€), maioritariamente na resposta social de Creche, no entanto com acréscimo no Pré-Escolar e em linha no CATL

7.2 - Subsídios à exploração com diferença positiva de 17.845,81€, relativamente a 2015, motivada pelo subsídio do PEDEPE recebido por valor superior ao da provisão conservadora efectuada

7.3 - Custo de Mercadorias Vendidas em linha com o ano anterior, ligeiramente inferior

7.4 - Fornecimentos e serviços externos em linha relativamente a 2015

7.5 - Gasto com pessoal superior em 22.489,47€ relativamente ao ano anterior, motivado fundamentalmente por:

- Maior acréscimo de férias e subsídio de férias
- Aumentos salariais e prémios de desempenho
- Aumento de escalão de Educadoras
- Aumento de diuturnidades

7.6 - Amortizações do exercício inferiores em 5.697,57€, devido ao fim da vida útil de diversos activos fixos no decorrer do ano, bem como à alienação do autocarro antigo

7.7 - Outros rendimentos e ganhos, ainda que ligeiramente inferiores relativamente ao ano anterior, positivamente influenciados pela alienação do autocarro antigo



Em Resumo, o resultado (13.577,01€) explica-se e assenta, fundamentalmente, nos seguintes aspectos:

1. Decréscimo nas prestações de serviços de cerca de 3%, acompanhado por gastos em fornecimentos e serviços externos em linha com o ano anterior
2. Recebimento do Subsídio do Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-escolar (PEDEPE) – candidatura 2014/2015 - de valor superior à provisão conservadora que havia sido feita em 2015, contribuindo positivamente para o incremento em subsídios à exploração, face ao ano anterior
3. Alienação do autocarro antigo pelo valor de 18.500,00€, que permitiu alinhar esta rubrica com o exercício anterior
4. Acréscimo nos gastos com o pessoal de 2,78% (22.489,47€)
5. Diminuição das amortizações no exercício em 12,05% (5.657,97€)

Trata-se de um exercício marcado pela redução do rendimento proveniente da facturação e pelo investimento nulo em bens, embora se tenha iniciado o processo de aquisição do novo autocarro

Todavia, investiu-se no activo mais importante da Instituição – os Colaboradores – da forma equilibrada e possível, tendo em conta o comprometimento de resultado inscrito no orçamento



MAPA COMPARATIVO E DE DESVIOS DE GASTOS E RENDIMENTOS

Creche do Povo - Jardim de Infância
FECHO DE CONTAS 2016

	Real 2015	Orçamento 2016	Previsão fecho 2016	Real 2016	Variação Real 2015 vs Real 2016	
GASTOS	1 101 130,50	1 066 670,00	1 108 508,16	1 116 791,65	15 661,15	1,42%
62 GASTOS COM MATERIAIS DE CONSUMO	75 135,17	75 000,00	73 950,80	74 833,68	-301,49	-0,40%
Géneros alimentares	75 135,17	75 000,00	73 950,80	74 833,68	-301,49	-0,40%
63 GASTOS COM SERVIÇOS EXTERNOS	1 534 114,96	1 421 120,00	1 575 938,28	1 538 026,68	-388,25	-0,25%
Electricidade	10 040,19	8 400,00	11 794,71	10 936,71	896,52	8,93%
Gasóleo	2 740,57	2 800,00	2 400,00	2 834,09	-93,52	3,41%
Gás	9 455,39	10 000,00	10 357,73	8 305,96	-1 149,43	-12,16%
Água	5 146,39	5 600,00	4 856,93	5 056,67	-89,72	-1,74%
Ferramentas e utensílios	1 626,55	1 500,00	2 500,00	2 977,29	-1 350,74	83,04%
Livros e Doc. Técnica		0,00	0,00		0,00	-
Material Escritório	1 202,40	1 300,00	1 304,20	1 179,62	-22,78	-1,89%
Telefone	6 258,12	6 600,00	4 961,91	4 937,01	-1 321,11	-21,11%
Selos e Correio	715,57	500,00	795,11	861,15	-145,58	20,34%
Seguro Viaturas	370,61	700,00	1 162,44	1 231,08	-860,47	232,18%
Seguro Resp.Civil	750,83	760,00	46,67	47,54	-703,29	-93,67%
Acidentes Pessoais	1 627,00	250,00	1 439,89	1 439,89	-187,11	-11,50%
Seguro Multirisco	912,74	1 000,00	1 734,30	2 567,95	-1 655,21	181,35%
Deslocações/Passaios	2 177,80	2 000,00	3 700,00	3 480,40	-1 302,60	59,81%
Alimentação	2 379,47	3 000,00	2 600,00	1 571,94	-807,53	-33,94%
Portagens	453,45	500,00	600,00	643,60	-190,15	41,93%
Honorários	12 231,50	10 000,00	13 126,66	12 050,83	-180,67	-1,48%
Conserv.Rep. Viaturas	3 796,18	1 300,00	1 000,00	964,80	-2 831,38	-74,58%
Conserv. Rep. Outras	5 796,00	5 000,00	3 500,00	4 008,65	-1 787,35	-30,84%
Limpeza	30 813,96	33 600,00	34 752,36	35 798,76	-4 984,80	16,18%
Higiene	14 334,79	10 000,00	14 000,00	12 627,32	-1 707,47	-11,91%
Trabalhos Especializados	21 691,98	15 910,00	20 468,58	21 459,30	-232,68	-1,07%
Mat. Didactico	17 803,48	15 000,00	16 000,00	18 042,02	-238,54	1,34%
Medicamentos	905,00	900,00	650,00	1 024,15	-119,15	13,17%
Serviços Bancários e comissões	1 934,25	1 800,00	2 095,20	2 176,98	-242,73	12,55%
Publicidade	460,30	200,00	302,88	346,72	-113,58	-24,68%
Vestuário	1 297,01	1 800,00	0,00		-1 297,01	-100,00%
Rendas e Alugueres	1 180,80	1 200,00	1 071,68	1 071,68	-109,12	-9,24%
Outros Fornecimentos	312,57	500,00	368,05	384,54	-71,97	23,03%
63 GASTOS COM O PESSOAL	809 455,94	795 000,00	826 186,29	831 945,41	22 489,47	2,78%
Venc., Encargos Sociais, Seguro	809 455,94	795 000,00	826 186,29	831 945,41	22 489,47	2,78%
64 GASTOS DE DEPREC. E DE AMORTIZAÇÃO	46 969,94	45 000,00	41 708,30	41 311,97	-5 657,97	-12,05%
Amortizações	46 969,94	45 000,00	41 708,30	41 311,97	-5 657,97	-12,05%
67 PROVISÕES DO PERÍODO	7 969,59	7 500,00	7 500,00	8 765,17	795,58	9,98%
Pensões	7 969,59	7 500,00	7 500,00	8 765,17	795,58	9,98%
68 OUTROS GASTOS E PERDAS	3 124,45	2 000,00	1 400,00	1 753,27	-1 369,18	-43,82%
IMPOSTOS	643,46	1 000,00	600,00	707,17	-69,71	9,90%
Outros	2 480,99	1 000,00	800,00	1 048,10	-1 432,89	-57,75%
69 JUROS, DIVIDENDOS E OUT. GASTOS SIMILARES	60,51	50,00	173,48	153,50	92,99	153,68%
Juros	60,51	50,00	173,48	153,50	92,99	153,68%



RENDIMENTOS		1 129 041,17	1 081 814,11	1 112 641,36	1 130 368,66	1 327,49	0,12%
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	569 182,78	509 160,00	454 572,93	423 407,97	-15 154,96	-2,93%
	Matriculas e mensalidades:					0,00	-
	CRECHE	168 337,30	153 000,00	150 757,07	153 893,24	-14 444,06	-8,58%
	JARDIM	252 348,10	264 000,00	263 356,33	258 565,90	6 217,80	2,46%
	ATL	41 231,90	37 000,00	39 155,50	41 330,90	99,00	0,24%
	Outras Participações Utentes	46 090,95	49 000,00	39 474,75	38 642,75	-7 448,20	-16,16%
	Reembolsos Almoços	1 034,50	1 100,00	378,67	617,00	-417,50	-40,36%
	Reembolsos Diversos	120,00		1 250,67	958,00	838,00	698,33%
73	SUBSIDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	545 804,65	535 119,36	535 996,93	563 677,42	17 845,81	3,27%
	Subsidios Segurança Social:					0,00	-
	CRECHE	215 906,28	215 904,24	218 209,24	218 925,96	3 019,68	1,40%
	JARDIM	293 556,90	275 901,12	275 901,12	302 465,36	8 908,46	3,03%
	ATL	31 079,54	40 434,00	37 885,25	38 019,08	6 939,54	22,33%
	Autarquias	1 080,00	1 080,00	1 840,00	1 840,00	760,00	70,37%
	Reembolso 0,5% IRS	1 994,91	1 800,00	1 645,44	1 645,44	-349,47	-17,52%
	IEFP	2 184,02		515,89	751,62	-1 432,40	-65,59%
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	66 051,57	34 594,75	75 922,98	65 638,85	-412,72	-0,62%
	Outros Rendimentos	66 051,57	34 594,75	75 922,98	65 638,85	-412,72	-0,62%
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUT. RENDIM. SIMILARES	8 025,20	8 000,00	6 348,45	7 074,56	-950,64	-11,85%
	Outros não especificados juros obtidos	8 025,20	8 000,00	6 348,45	7 074,56	-950,64	-11,85%
	Resultado Líquido do Exercício	27 910,67	15 144,11	4 133,20	13 577,01	-14 333,66	-51,96%

A Direcção,

Em 10 de Março de 2017

Presidente: Jorge Alexandre Rodrigues Matias

Vice-Presidente: Rita Santos Vieira Pereira

Tesoureiro: Tiago Daniel A. Meneses A. de Jesus

Secretário: Ana Marta Barreiros da Silva Anacleto

Vogal: Nuno Humberto Lino Abreu



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CRECHE DO POVO –
JARDIM DE INFÂNCIA DE TORRES VEDRAS SOBRE AS CONTAS DO
EXERCÍCIO DE 2016**

Senhores Associados,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, nomeadamente ao abrigo da alínea c) do artigo 44º dos Estatutos da CRECHE DO POVO – JARDIM DE INFÂNCIA, IPSS, e do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos apreciar e emitir o relatório e parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas elaborados pelo Direcção referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O Conselho Fiscal, procedeu ao exame dos registos contabilísticos e demais documentação, verificamos o cumprimento das disposições legais e estatutárias e analisámos com base nos elementos disponibilizados as operações que a Direcção submeteu à nossa apreciação.

O Balanço em 31 de Dezembro de 2016, as Demonstrações dos Resultados por natureza e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da CRECHE DO POVO – JARDIM DE INFÂNCIA DE TORRES VEDRAS e satisfazem as disposições estatutárias em vigor.

Foram solicitados esclarecimentos e dadas sugestões que, globalmente obtiveram aprovação do por parte da Direcção e dos responsáveis pela área contabilística da Instituição.

Assim, em nosso entendimento o Relatório de Actividades e Contas apresentados e que se encontram em análise, proporcionam informação fidedigna acerca do desempenho da entidade no ano transato de 2016 e da sua posição financeira à data do encerramento do referido exercício.

Face ao que foi exposto, somos do parecer que se aprove o Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2016 e que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direcção.

Torres Vedras, 13 de Março de 2017

O Conselho Fiscal,

Tânia Cristina Elias da Silva Alves (Presidente)

Cristiana do Vale Simão (Vogal)

Mº João Monteiro Andrade (Vogal)



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE
CONTAS
E PARECER DO
REVISOR OFICIAL DE CONTAS**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CRECHE DO POVO – Jardim de Infância**, que compreendem o balanço em **31/12/2016** que evidencia um total de **1.321.957** euros e um total de fundos patrimoniais de **1.123.095** euros, incluindo um resultado líquido de **13.577** euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas .

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção " Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras " abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro

para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorrecções materiais.

Lisboa, 13 de Março de 2017


Eurico Ferreira Ramos Deus, ROC nº 479

